

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT02.022

PROPOSTA PEDAGÓGICA E CURRICULAR MUNICIPAL DE ITAPISSUMA: DIRETRIZES PARA O ENSINO E A APRENDIZAGEM

Paulo Fillipy de Souza Conti¹

Jesânias Rodrigues de Lima²

Luiz Gonzaga de Souza Neto³

RESUMO

A Proposta Pedagógica e Curricular do Município de Itapissuma (PPCMI) tem como objetivo estabelecer um referencial estruturado e contextualizado para a organização do ensino na Rede Municipal, considerando os aspectos históricos, culturais e sociais locais. Busca-se, por meio desse documento, garantir uma educação equitativa, de qualidade e alinhada às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Currículo de Pernambuco, promovendo aprendizagens significativas e o desenvolvimento integral dos estudantes. Metodologicamente, a elaboração da PPCMI se baseou em um processo participativo e colaborativo. Foram realizadas consultas aos profissionais da educação e às famílias, que indicaram temas relevantes para a formação, como cidadania, meio ambiente, sustentabilidade e história local.

- 1 Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Professor da Secretaria Municipal de Educação de Itapissuma, paulofconti@gmail.com;
- 2 Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, Professor da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco e Secretário Municipal de Educação de Itapissuma, niasufrpe3@gmail.com.
- 3 Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino das Ciências da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE; Professor da Secretaria Municipal de Educação de Itapissuma, netoguardas@gmail.com.

Esses temas foram incorporados ao currículo por meio de habilidades identificadas com o código alfanumérico finalizado em “ITAPIS”. O documento é organizado em volumes que contemplam todas as etapas e modalidades da Educação Básica – da Educação Infantil à Educação de Jovens e Adultos (EJA), incluindo a Educação do Campo e a Educação Especial, sempre na perspectiva inclusiva. A proposta reforça a importância da gestão democrática e do envolvimento da comunidade escolar, alinhando-se às diretrizes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN - Lei nº 9.394/1996). Colocada em vigor em 2024, após quatro anos de deliberações e planejamento, a PPCMI representa um compromisso com a formação cidadã e o aprimoramento contínuo do quadro docente e da Educação oferecida pela Rede Municipal. Nesse período, nota-se como resultado preliminar a apropriação, por parte dos professores e estudantes, de aspectos fundamentais da história, cultura e geografia local. Tais conhecimentos ajudam a reforçar os laços socioafetivos entre a cidade e os seus munícipes.

Palavras-chave: Proposta Pedagógica, Currículo, Aprendizagem, Itapissuma.

INTRODUÇÃO

A educação pública municipal constitui-se como um dos pilares fundamentais na consolidação de políticas educacionais voltadas para a equidade, a cidadania e o desenvolvimento humano integral. Nesse contexto, a Proposta Pedagógica e Curricular Municipal de Itapissuma (PPCMI) representa um instrumento orientador das práticas pedagógicas, fundamentado nos princípios da gestão democrática, da valorização das identidades locais e da contextualização do ensino, articulando as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2017) e do Currículo de Pernambuco (PERNAMBUCO, 2019) às especificidades históricas, culturais e sociais do município.

A elaboração da PPCMI é resultado de um processo participativo e colaborativo, envolvendo docentes, gestores, técnicos, estudantes e famílias, reafirmando o caráter coletivo da educação pública. Essa construção dialógica reflete o princípio consagrado no artigo 205 da Constituição Federal de 1988, que define a educação como “direito de todos e dever do Estado e da família”, promovendo “o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/1996) estabelece, em seus artigos 29 a 31, que a Educação Infantil constitui a primeira etapa da Educação Básica, tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os cinco anos de idade, nos aspectos físico, psicológico, intelectual e social, em complementação à ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996).

Essa etapa é ofertada em creches (para crianças de até três anos) e pré-escolas (para crianças de quatro e cinco anos), sendo esta última de matrícula obrigatória desde a Emenda Constitucional nº 59/2009. A LDBEN orienta que o processo avaliativo deve ocorrer de forma formativa, contínua e descritiva, sem o objetivo de promoção, assegurando o acompanhamento do desenvolvimento infantil em suas múltiplas dimensões.

Em conformidade com o artigo 26, a Educação Infantil deve articular a base nacional comum com a parte diversificada que reflete as especificidades regionais e locais, princípio que fundamenta a construção da PPCMI. Assim, a legislação reforça o papel da Educação Infantil como espaço de socialização, experimentação e ampliação das experiências culturais, contribuindo para a formação de vínculos afetivos e cognitivos fundamentais à trajetória escolar.

O Ensino Fundamental, por sua vez, é tratado na LDBEN como a etapa central da Educação Básica, tendo duração mínima de nove anos, com matrícula obrigatória a partir dos seis anos de idade (BRASIL, 1996, art. 32). A lei determina que essa etapa deve assegurar ao educando a formação básica comum, voltada para o desenvolvimento da capacidade de aprender, o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo, a compreensão do ambiente natural e social, e o fortalecimento dos vínculos de solidariedade e cidadania.

O artigo 26 estabelece que os currículos do Ensino Fundamental devem ser compostos por uma base nacional comum, complementada por uma parte diversificada ajustada às peculiaridades regionais, culturais e sociais. Essa diretriz legitima a formulação de currículos municipais contextualizados, como a PPCMI, que integra os referenciais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) às especificidades históricas e culturais de Itapissuma.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é tratada LDBEN como uma modalidade da Educação Básica, destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na idade própria. O artigo 37 define que a EJA deve articular-se aos princípios da educação permanente, assegurando oportunidades de formação inicial e continuada, com metodologias adequadas às características dos educandos e às suas trajetórias de vida (BRASIL, 1996).

Além disso, o artigo 38 prevê que os sistemas de ensino poderão organizar exames de certificação para reconhecimento de saberes adquiridos fora do espaço escolar, valorizando as experiências sociais e profissionais

dos sujeitos. No contexto da PPCMI, a EJA é concebida como espaço de reintegração educativa e emancipação cidadã, que reconhece a diversidade etária, cultural e laboral de seus participantes. A proposta municipal reafirma o compromisso com a flexibilização curricular, a contextualização dos conteúdos e a metodologia dialógica e participativa, em consonância com os princípios freireanos de educação libertadora.

Assim, a articulação entre a LDBEN e a PPCMI evidencia o reconhecimento da EJA como um campo estratégico para a democratização do acesso ao conhecimento, a redução das desigualdades educacionais e a valorização dos saberes produzidos na experiência de vida e trabalho.

Além disso, a LDBEN preconiza metodologias que favoreçam a progressão do conhecimento, a interdisciplinaridade e a formação cidadã, reafirmando o compromisso da educação pública com o desenvolvimento integral e com a democratização do acesso ao saber.

Do ponto de vista teórico, a proposta curricular de Itapissuma ancora-se nas concepções sociointeracionistas e crítico-emancipatórias de educação. Conforme Vygotsky (1998), o desenvolvimento cognitivo ocorre pela mediação social, sendo o outro um elemento essencial na internalização dos conhecimentos historicamente construídos. Assim, o ensino deve proporcionar interações significativas que favoreçam a aprendizagem e o desenvolvimento das funções psicológicas superiores.

Sob outra perspectiva, Freire (1996) enfatiza que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”. Essa concepção dialoga com a intencionalidade pedagógica da PPCMI, que entende o professor como mediador e o estudante como sujeito ativo do processo de aprendizagem, valorizando os saberes locais e as experiências cotidianas.

Autores como Sacristán (2000) e Libâneo (2012) reforçam que o currículo não é um conjunto neutro de conteúdos, mas um instrumento político e cultural que expressa disputas de sentido e intencionalidades formativas. Assim, a PPCMI busca romper com modelos curriculares homogêneos, propondo uma organização que articula os saberes univer-

sais e os conhecimentos produzidos nas práticas sociais e comunitárias de Itapissuma.

Essa concepção também encontra respaldo em Arroyo (2013), ao destacar que o currículo deve ser compreendido como um campo de experiências, em que se produzem identidades e se reconhecem as múltiplas vozes dos sujeitos da educação. Nesse sentido, a valorização da história, da cultura e das práticas locais configura-se como eixo estruturante da proposta curricular municipal.

Para Pacheco (2005), o currículo deve ser compreendido como uma construção social e cultural, resultante de interações e mediações entre diferentes sujeitos, contextos e saberes. Ele não se restringe a um documento prescritivo ou a uma seleção neutra de conteúdos, mas constitui um campo de disputas simbólicas e epistemológicas no qual se produzem significados sobre o conhecimento, a escola e a formação humana.

Nessa perspectiva, o currículo não é algo dado, mas produzido no processo de diálogo entre sujeitos, instituições e práticas sociais, refletindo tanto as intenções políticas quanto as condições concretas de realização da educação. Essa compreensão rompe com visões tecnicistas e universalizantes, abrindo espaço para o reconhecimento das identidades locais e das experiências comunitárias como dimensões legítimas do conhecimento escolar.

A noção de currículo situado, proposta por Pacheco, implica reconhecer que toda construção curricular é histórica e contextual, isto é, vinculada às condições socioculturais e econômicas do território em que se insere. Assim, elaborar um currículo significa interpretar o mundo vivido pelos sujeitos e transformá-lo em objeto de conhecimento pedagógico.

Nesse sentido, o currículo é expressão de um projeto político de formação, orientado não apenas por conteúdos, mas por valores, expectativas e compromissos coletivos. Essa concepção dialoga diretamente com a Proposta Pedagógica e Curricular Municipal de Itapissuma (PPCMI), que se fundamenta na escuta das comunidades escolares e na valorização da

cultura local como referência formativa, entendendo o currículo como espaço de produção de identidades e pertencimentos.

Sob essa ótica, o currículo torna-se também um processo de negociação entre diferentes vozes: gestores, professores, estudantes e famílias, todos partícipes da definição do que ensinar, por que ensinar e como ensinar. Pacheco (2005) afirma que a participação coletiva na construção curricular é condição essencial para a legitimidade e a efetividade do processo educativo, pois é no diálogo que se constroem sentidos compartilhados e se consolidam práticas pedagógicas significativas.

A PPCMI materializa essa perspectiva ao promover espaços de escuta e deliberação, nos quais as decisões sobre conteúdos, metodologias e objetivos são tomadas de forma colaborativa, assegurando que o currículo traduza os valores e as demandas da sociedade itapissumense.

Por fim, a concepção de currículo defendida por Pacheco desafia os sistemas educacionais a compreenderem o ato de planejar e ensinar como prática ética e política, voltada à emancipação dos sujeitos e à transformação social. Ao situar o currículo no cruzamento entre cultura, poder e conhecimento, o autor propõe uma leitura crítica que valoriza tanto o universal quanto o local, articulando o direito à aprendizagem com o reconhecimento da diversidade.

Assim, a PPCMI, ao se constituir como resultado de um processo dialógico e participativo, expressa essa visão de currículo como obra coletiva, que reflete as vozes, as histórias e as aspirações de uma comunidade que faz da educação o instrumento central de sua afirmação e de seu desenvolvimento.

Do ponto de vista das políticas educacionais contemporâneas, a PPCMI também se alinha às metas do Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2014), especialmente no que tange à ampliação da educação em tempo integral e à valorização da formação docente. A vinculação entre currículo, formação e gestão democrática expressa o compromisso do município com o princípio da educação como direito social e instrumento de emancipação humana.

No cenário contemporâneo das políticas educacionais brasileiras, observa-se um movimento de descentralização curricular que reconhece os municípios como espaços legítimos de produção de conhecimento e de elaboração de referenciais próprios (MOREIRA; CANDAU, 2007). Esse processo, alinhado às premissas da gestão democrática e à valorização das identidades culturais, confere maior legitimidade às ações pedagógicas e aproxima o currículo da realidade vivida pelos sujeitos da educação.

Assim, a Proposta Pedagógica e Curricular Municipal de Itapissuma constitui-se como resultado de um movimento de escuta, planejamento e sistematização de práticas pedagógicas, configurando-se como referência para a consolidação de uma educação pública de qualidade, contextualizada e socialmente referenciada. Mais do que um documento técnico, a PPCMI representa um projeto político-pedagógico de sociedade, orientado pela construção de uma educação cidadã, equitativa e transformadora.

METODOLOGIA

A elaboração da Proposta Pedagógica e Curricular Municipal de Itapissuma (PPCMI) constituiu-se como um processo metodológico de natureza participativa, colaborativa e dialógica, em consonância com o princípio da gestão democrática previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/1996) e reafirmado pela Constituição Federal de 1988.

A metodologia adotada aproxima-se dos princípios da pesquisa-ação, conforme delineada por Thiollent (2005), ao compreender que a transformação da realidade educativa ocorre por meio da participação ativa dos sujeitos na produção de conhecimento. Essa abordagem reafirma a natureza emancipatória do processo formativo, em que gestores, professores e famílias não apenas validam, mas também produzem saberes curriculares. O processo visou garantir que a formulação curricular refletisse não apenas os preceitos normativos e teóricos que orientam a educação

nacional, mas também as vozes, experiências e expectativas da comunidade educativa local.

O trabalho de construção da PPCMI desenvolveu-se entre os anos de 2020 e 2024 e teve como eixo norteador o diálogo interinstitucional entre os diversos segmentos da Rede Municipal de Ensino. Foram promovidas consultas públicas, reuniões pedagógicas, seminários temáticos e encontros de formação continuada, nos quais gestores escolares, professores, coordenadores pedagógicos, estudantes e famílias contribuíram de maneira decisiva para a definição das diretrizes, dos conteúdos e das competências que estruturam o documento.

A participação das equipes gestoras das escolas municipais foi essencial para a articulação entre o planejamento macro da Secretaria Municipal de Educação e as práticas pedagógicas desenvolvidas nas unidades escolares. As gestoras e os gestores atuaram como mediadores entre as demandas das escolas e a formulação da proposta, assegurando a coerência entre o currículo prescrito e o currículo vivido. Segundo Apple (2006), o currículo é sempre uma expressão de poder e cultura, de modo que sua construção requer a participação efetiva dos sujeitos que o vivem cotidianamente. Essa perspectiva foi adotada como fundamento ético e político do processo.

O quadro docente da Rede Municipal de Itapissuma também exerceu papel central na elaboração da PPCMI. Por meio de grupos de estudo e oficinas, os professores discutiram temas como aprendizagens essenciais, avaliação formativa, diversidade cultural e história local, contribuindo com a redação e revisão de propostas metodológicas. Tais práticas refletem a compreensão de que o professor é sujeito epistemológico e produtor de saberes pedagógicos, conforme defendem Nóvoa (1992) e Tardif (2002), ao destacarem a docência como profissão baseada na reflexão crítica e na experiência coletiva.

As famílias foram igualmente reconhecidas como parte indispensável desse processo, uma vez que representam o elo entre a escola e a comunidade. Sua participação se deu por meio de consultas e reuniões

ampliadas, nas quais foram discutidos valores, expectativas e temas prioritários para a formação cidadã dos estudantes. Essa inserção das famílias contribuiu para aproximar a proposta curricular da realidade social dos educandos, fortalecendo os laços afetivos e culturais entre a escola e o território. Como argumenta Freire (1996), a educação se realiza na dialogicidade, na escuta mútua e no reconhecimento dos saberes cotidianos, o que legitima a participação comunitária como condição para uma educação emancipadora.

A metodologia adotada contemplou, ainda, a colaboração interseccional com órgãos e programas estaduais, especialmente o Currículo de Pernambuco e o Programa de Educação Integrada (PEI), que ofereceram subsídios conceituais e técnicos para a sistematização da proposta municipal. O cruzamento entre tais referenciais e as especificidades locais deu origem a um documento que alia coerência normativa e autenticidade cultural, permitindo que o currículo de Itapissuma assumisse identidade própria sem perder a conexão com as políticas educacionais nacionais e estaduais.

A redação do texto de apresentação dos cadernos, dos componentes curriculares e das habilidades específicas do município, identificadas pelo código alfanumérico finalizado em “ITAPIS”, ficou sob responsabilidade da Equipe Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação. Essa equipe adotou uma metodologia de trabalho híbrida, mesclando a produção individual dos textos iniciais com a análise coletiva e colaborativa das versões preliminares. As etapas de revisão ocorreram em reuniões sistemáticas, nas quais se buscou assegurar a unidade conceitual, a clareza metodológica e a fidelidade às práticas educativas locais.

Do ponto de vista epistemológico, o processo de construção da PPCMI fundamentou-se na compreensão do currículo como práxis social e cultural, conforme defendem autores como Sacristán (2000) e Arroyo (2013). Ambos ressaltam que o currículo não é um conjunto neutro de conteúdos, mas uma construção histórica que reflete valores, identidades e relações de poder. Assim, ao envolver amplamente a comunidade educativa, a

metodologia da PPCMI reforçou a noção de que currículo é território em disputa, espaço de diálogo e de afirmação das singularidades locais.

Dessa forma, a metodologia de elaboração da PPCMI reafirma o compromisso da Secretaria Municipal de Educação de Itapissuma com uma educação participativa, contextualizada e democrática, capaz de reconhecer os sujeitos da escola – gestores, professores, estudantes e famílias – como autores e corresponsáveis pela produção do conhecimento. O resultado desse processo é um documento que sintetiza a multiplicidade de vozes do município e que busca consolidar uma proposta curricular viva, crítica e permanentemente aberta à revisão e ao aprimoramento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A implementação da Proposta Pedagógica e Curricular Municipal de Itapissuma (PPCMI) representou um avanço significativo na consolidação de um modelo de ensino comprometido com a realidade local, com a autonomia pedagógica do município e com a formação integral dos estudantes. A existência de um currículo próprio, elaborado de forma participativa e contextualizada, trouxe benefícios substanciais para a Rede Municipal de Ensino, especialmente no que se refere à coerência entre o planejamento pedagógico e as práticas cotidianas das escolas.

Em primeiro lugar, o currículo municipal possibilitou o reconhecimento da identidade local como elemento estruturante do processo educativo. De acordo com Arroyo (2013), o currículo deve ser compreendido como território de disputas e de afirmação cultural; portanto, a incorporação de conteúdos relacionados à história, à geografia e à cultura de Itapissuma permitiu que os estudantes se reconhecessem como sujeitos históricos e participantes de sua comunidade. Essa dimensão identitária reforça os laços socioafetivos entre escola e território, contribuindo para a formação cidadã e crítica dos educandos.

Além disso, a PPCMI consolidou-se como instrumento de organização pedagógica que assegura a continuidade e a progressão das aprendiza-

gens em todas as etapas e modalidades da Educação Básica. A estrutura do documento favorece a articulação entre teoria e prática, estabelecendo competências, habilidades e orientações metodológicas que norteiam o trabalho docente. O resultado é uma Rede de Ensino mais integrada, com objetivos formativos claros e um referencial comum que respeita as diversidades.

A tabela a seguir apresenta a organização estrutural da PPCMI, demonstrando a abrangência e a coerência interna do documento.

Organização dos cadernos da PPCMI.

Volume	Título	Temática
Vol. 1	PPCMI: Introdução	Identificação da Proposta, funcionamento e atuação da Rede de ensino do município
Vol. 2	PPCMI: Educação Infantil	Aborda a atuação dos profissionais da etapa, temática e habilidades a serem desenvolvidas nos estudantes de 0 a 5 anos
Vol. 3	PPCMI: Ensino Fundamental - Anos Iniciais	Conta com informações e sugestões pedagógicas para o Ensino Fundamental, especificamente no que toca à educação de estudantes entre 6 e 10 anos.
Vol. 4, Tomo I	PPCMI: Ensino Fundamental - Anos Finais: Línguas	Contempla os componentes de Língua Portuguesa, Educação Física, Inglês e Artes.
Vol. 4, Tomo II	PPCMI: Ensino Fundamental - Anos Finais: Matemática	Contempla o componente de Matemática.
Vol. 4, Tomo III	PPCMI: Ensino Fundamental - Anos Finais: Ciências da Natureza	Contempla o componente de Ciências
Vol. 4, Tomo IV	PPCMI: Ensino Fundamental - Anos Finais: Ciências Humanas	Contempla os componentes de Geografia e História.
Vol. 4, Tomo V	PPCMI: Ensino Fundamental - Anos Finais: Ciências da Religião e DHC	Contempla os componentes de Ensino Religioso e Direitos Humanos e Cidadania.
Vol. 5	PPCMI: Educação de Jovens e Adultos (EJA)	Consta a orientação para os professores(as) da modalidade, que atende estudantes a partir dos 15 anos de idade.
Vol. 6	PPCMI: Educação do Campo e Educação Inclusiva	O volume traz informações em torno das especificidades da área do campo e a perspectiva inclusiva na Educação Especial.

Volume	Título	Temática
Vol. 7	PPCMI: Projetos	Elucida os projetos desenvolvidos em Rede, como Fortalecimento das Aprendizagens, momento cívico, monitores educacionais etc.

Fonte: ITAPISSUMA, 2024.

A estrutura modular da PPCMI expressa um princípio de organicidade, na medida em que cada volume estabelece conexões entre as etapas da Educação Básica e as demandas formativas locais. Essa organização evidencia o compromisso da Secretaria Municipal de Educação com a continuidade das aprendizagens e a articulação entre os componentes curriculares, reafirmando o que Sacristán (2013) denomina de “coerência interna do projeto educativo”.

A PPCMI buscou ainda representar o município nas capas dos cadernos publicados. Foram selecionadas fotos de lugares significativos para os munícipes e essas imagens passaram a dar a identidade visual da proposta, como pode ser visto abaixo.

Capas da PPCMI.





Fonte: ITAIPISSUMA, 2024.

Outro resultado expressivo da implementação da PPCMI foi a consolidação de uma cultura de formação docente permanente, conduzida pela Secretaria Municipal de Educação. Reconhecendo que a efetividade de um currículo depende da apropriação pedagógica por parte dos professores, a Secretaria organizou um programa contínuo de formação, com o objetivo de promover o estudo, a compreensão e o uso pedagógico do novo referencial.

Essas ações formativas ocorreram em diferentes formatos, como seminários, jornadas pedagógicas, oficinas e grupos de estudo, todas voltadas à reflexão sobre práticas, metodologias e avaliação. Essa política formativa dialoga com Nóvoa (1992), ao afirmar que o desenvolvimento profissional docente é um processo coletivo e contínuo, que deve ocorrer no espaço da escola e em interação com os pares. Do mesmo modo, Tardif (2002) ressalta que o saber docente é socialmente produzido e continuamente reconstruído nas experiências e trocas entre educadores.

Ao investir na formação continuada e na gestão do conhecimento pedagógico, a Secretaria Municipal de Educação reafirmou seu compromisso com o fortalecimento da Rede e com a valorização do magistério. Além de possibilitar a apropriação da PPCMI, essas formações contribuí-

ram para o aperfeiçoamento das práticas pedagógicas e para a articulação entre currículo, avaliação e aprendizagem, conforme orienta a BNCC (BRASIL, 2017).

A integração entre currículo, formação docente e comunidade escolar também se revelou estratégica para o êxito da proposta. A presença ativa das famílias nos debates e nas atividades escolares reforçou a dimensão social do currículo, promovendo uma educação dialógica e inclusiva. Conforme Freire (1996), a educação é um ato coletivo de construção de sentido, e sua efetividade depende da escuta, da participação e do diálogo entre todos os sujeitos envolvidos no processo educativo.

Em síntese, a experiência de Itapissuma demonstra que a construção de um currículo próprio, elaborado de forma democrática e colaborativa, fortalece a identidade educacional do município, amplia a coerência pedagógica da Rede e cria condições para o desenvolvimento de aprendizagens significativas. A PPCMI, ao aliar teoria, prática e compromisso social, consolida-se como uma referência para a gestão educacional contemporânea e um instrumento de transformação social a partir da escola pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração e implementação da Proposta Pedagógica e Curricular Municipal de Itapissuma (PPCMI) configuram-se como um marco no processo de consolidação da autonomia pedagógica e administrativa do município, reafirmando o compromisso da educação local com a equidade, a cidadania e a qualidade social do ensino. Os resultados obtidos ao longo do processo evidenciam que a construção de um currículo próprio e contextualizado é condição essencial para o fortalecimento da identidade educacional municipal e para a efetivação do direito à aprendizagem em sua plenitude.

O percurso metodológico adotado, fundamentado na participação coletiva, revelou-se decisivo para o êxito do documento. O envolvimento

das equipes gestoras, dos docentes e das famílias assegurou que a proposta refletisse os valores, as práticas e as expectativas da comunidade itapissumense, tornando a PPCMI não apenas um instrumento técnico, mas uma expressão das relações sociais e culturais que sustentam o cotidiano escolar. Tal perspectiva corrobora as reflexões de Arroyo (2013) e Sacristán (2000), ao compreenderem o currículo como território em disputa e construção coletiva de sentidos.

A análise das práticas desenvolvidas a partir da PPCMI demonstra avanços significativos na organização pedagógica da rede municipal, no planejamento do ensino e na coerência entre os objetivos formativos e as metodologias de aprendizagem. O estabelecimento de habilidades específicas identificadas pelo código “ITAPIS” contribuiu para sistematizar as particularidades locais dentro de um marco teórico alinhado à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e ao Currículo de Pernambuco, garantindo, ao mesmo tempo, a singularidade e a articulação com as diretrizes estaduais e nacionais.

Outro ponto de destaque diz respeito à formação continuada dos professores, promovida pela Secretaria Municipal de Educação como parte integrante do processo de apropriação da PPCMI. A ênfase em uma política formativa permanente reafirma a compreensão de que o currículo só se efetiva quando mediado por profissionais conscientes de seu papel social e pedagógico. Essa concepção dialoga com as contribuições de Nóvoa (1992) e Tardif (2002), que reconhecem a docência como prática reflexiva e campo de produção de saberes coletivos.

Do ponto de vista empírico, a experiência de Itapissuma apresenta-se como referência para outros municípios brasileiros que buscam consolidar currículos locais coerentes com as realidades de seus territórios. A PPCMI demonstra que a construção curricular descentralizada e participativa é capaz de fortalecer os vínculos entre escola e comunidade, promover a valorização dos saberes locais e favorecer o desenvolvimento de competências que ultrapassam o domínio cognitivo, alcançando dimensões éticas, sociais e culturais da formação humana.

Sob a ótica da pesquisa educacional, o estudo da PPCMI abre novas possibilidades de investigação no campo da gestão curricular, da formação de professores e da educação municipal comparada. Recomenda-se, portanto, o desenvolvimento de estudos que analisem os impactos de currículos locais sobre o desempenho e a motivação dos estudantes, bem como pesquisas qualitativas que examinem as estratégias de apropriação docente e os efeitos da participação comunitária na consolidação das políticas educacionais.

Em diálogo com o que foi apresentado no resumo e desenvolvido nas seções precedentes, conclui-se que a Proposta Pedagógica e Curricular Municipal de Itapissuma é fruto de um esforço coletivo que integra teoria, prática e compromisso social. Trata-se de uma iniciativa que ultrapassa os limites administrativos da política educacional, alcançando o campo epistemológico e científico, ao propor uma nova forma de pensar o currículo público local: mais humana, democrática e enraizada nas experiências concretas de sua população.

Dessa maneira, o caso de Itapissuma reafirma que a inovação curricular é um processo contínuo, que depende da formação, da escuta e da corresponsabilidade entre Estado, escola e sociedade. Ao promover o diálogo entre saberes universais e contextos locais, a PPCMI projeta-se como um exemplo de que a educação pública municipal pode ser espaço legítimo de produção de conhecimento, de resistência e de transformação social.

Como perspectiva futura, propõe-se a continuidade de estudos que analisem os processos de atualização da PPCMI diante das transformações sociais e tecnológicas contemporâneas. Investigações sobre o impacto das tecnologias digitais, das práticas avaliativas formativas e das políticas de formação docente poderão ampliar a compreensão sobre a efetividade do currículo municipal como instrumento de inovação e justiça social.

REFERÊNCIAS

- APPLE, Michael W. **Ideologia e currículo**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- ARROYO, Miguel González. **Currículo, território em disputa**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 20 out. 2025.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 out. 2025.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 20 out. 2025.
- BRASIL. **Plano Nacional de Educação**: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília, DF: MEC, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 20 out. 2025.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- ITAPISSUMA. **Proposta Pedagógica e Curricular Municipal de Itapissuma (PPCMI)**. v. 1: Introdução / organização de Adília de Assis Mousinho, Jesanias Rodrigues de Lima, Paulo Fillipy de Souza Conti. – Itapissuma: Secretaria Municipal de Educação de Itapissuma, 2024.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- MELLO, Evaldo Cabral de. **Nassau**: Governador do Brasil Holandês / Evaldo Cabral de Mello – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. Currículo, conhecimento e cultura. In: MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria (org.). **Currículo, cultura e sociedade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2007. p. 13–36.

PACHECO, José Augusto. **Currículo**: teoria e práxis. 3. ed. Porto: Porto Editora, 2005.

PERNAMBUCO. **Currículo de Pernambuco**. Recife: Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco, 2019. Disponível em: <https://www.educacao.pe.gov.br/>. Acesso em: 15 out. 2025.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.